

CONTRASTES AGUDOS NO ESTADO MAIS RICO

As reportagens publicadas nas páginas seguintes examinam alguns dos principais aspectos e efeitos das políticas praticadas pelo Governo estadual de São Paulo durante os mandatos dos tucanos Mário Covas (1995-1998 e 1999-2002) e Geraldo Alckmin (2003-2006). Na maior parte dos setores predominou a continuidade de práticas e projetos. Como vice-governador já no primeiro mandato de Covas, Alckmin tornou-se um dos principais protagonistas da privatização que marcaria a presença do PSDB no Palácio dos Bandeirantes. Mas houve também quebra de continuidade, visível por exemplo na Segurança Pública, que experimentou mudanças após a morte de Covas e sua substituição definitiva pelo ex-prefeito de Pindamonhangaba.

Educação fundamental, ensino técnico e tecnológico (Ceeteps), Tv Cultura, Febem, institutos públicos de pesquisa, Orçamento do Estado, segurança pública, criação da Defensoria Pública — estes foram os temas trabalhados nesta edição. Algumas observações:

1) As políticas públicas adotadas pelas gestões tucanas (em educação, segurança pública, Febem) não conseguiram atender de maneira adequada as necessidades da população. Em alguns casos, houve absoluto fracasso, como na Febem. Na educação fundamental, a redução dos índices de evasão viu-se acompanhar por um declínio acentuado da qualidade, com fechamento de escolas e demissão de professores.

2) O expressivo aumento das receitas do Estado, obtido mediante a cobrança de impostos e a venda de ativos, não reduziu a enorme dívida, nem serviu para combater a crise social. Embora o Estado tenha “torrado” mais de R\$ 30 bilhões do seu patrimônio, na forma de empresas estatais privatizadas, a dívida não parou de crescer. Há uma enorme fila de precatórios.

3) As gestões tucanas padecem de um elevado déficit de democracia, que se expressa em diversas facetas. Uma delas, que procuramos abordar em nossas matérias, é o modo como são operadas as finanças públicas. Por isso, a cada ano, a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias na Assembléia Legislativa torna-se um palco privilegiado de disputa entre o Governo (e sua base parlamentar), a Oposição e os movimentos sociais.

4) De modo geral, sob as gestões tucanas a mais rica unidade da federação viu aguçarem-se os contrastes entre suas regiões desenvolvidas e suas regiões pobres — e entre seus próprios serviços públicos sucateados pela “austeridade fiscal” e os de Estados menos aquinhoados pelo PIB mas que oferecem melhor qualidade. Educação é um caso emblemático, mas há outros exemplos. Somente em janeiro de 2006, portanto no início do derradeiro ano da gestão Alckmin (e décimo-segundo de três mandatos consecutivos do PSDB), é que São Paulo deixou de ser um dos três únicos Estados brasileiros sem Defensoria Pública, órgão encarregado de prestar assistência jurídica gratuita para cidadãos pobres.

5) Assim, a crise provocada pelas políticas neoliberais em vigor no país desde o início dos anos 1990 continuou fermentando no tecido social paulista. Alguns dos programas emanados e postos em prática pelo Palácio dos Bandeirantes tiveram o condão de agravá-la. As rebeliões nos presídios superlotados e os surtos de violência criminosa são um sintoma agudo da crise social. O Governo estadual mantém uma postura olímpica diante do *apartheid* que ele próprio ajudou a cultivar.

Silêncio deliberado

Destaque-se que foram poucos — pouquíssimos — os secretários de Governo (e autoridades estaduais em geral) que concordaram em atender os nossos repórteres. Aos que falaram conosco, nosso agradecimento. Os demais mantêm-se fiéis a uma antiga diretriz do PSDB no relacionamento com a *Revista Adusp*: o silêncio deliberado, a recusa ao diálogo.

Dossiê Fundações 2

Na próxima edição publicaremos a terceira parte do Dossiê 2.